

Caso de Estudo: a injustiça territorial e a Comunidade Roma em especial na Habitação

Dulce Lopes

Professora da Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra

Comunidade Roma

- Entre nomadismo e sedentarismo
- Entre multiculturalismo e integração
- Entre sociedade, política e direito
- Entre opção e necessidade

Nómadas, sedentários e in between

Nómadas	Fixos
verdadeiros	verdadeiros
“falsos”	“falsos”

As causas

- ○ nomadismo ou o sedentarismo **forçados**:
- ○ nomadismo:
 - As deslocações forçadas (acampamentos ilegais; construções ilegais)
 - As tentativas de acolhimento em diversos Municípios (o recenseamento municipal) para efeitos de habitação social
- ○ sedentarismo:
 - O acesso a prestações sociais (dependentes do critério da residência legal e sua forma de atestação)
 - O recebimento de prestações sociais e suas formas de obtenção (as condições de atribuição das prestações sociais) e distribuição (as transferências bancárias e os vales de correio)

As Possibilidades

- A remissão dos problemas de habitação para a habitação social, sobretudo em bairros de realojamento
- A criação de parques / locais de acampamento para acolher populações nómadas
- A compra/arrendamento pelas famílias de habitações próprias
- A construção pelas famílias de habitações próprias
- A integração das famílias carenciadas em espaços urbanos plurifuncionais consolidados ou em consolidação

Os bairros sociais

- Os “bairros sociais” como predominantemente monofuncionais, com concentração de pessoas da comunidade Roma
- Usualmente em áreas periféricas de mais difícil acesso (guetização / segregação espacial)
- Com tipologias não ajustadas à Comunidade Roma, na qual predominam as famílias extensas e com grande número de crianças
- Com problemas de qualidade de construção e de manutenção, das quais as entidades públicas usualmente se desinteressam

Os parques nómadas

- Os parques como espaço de vivência mas também como mecanismo de controlo
- A ausência, por vezes, de infraestruturas essenciais
- A sua localização não central ou facilmente acessível
- A não promoção pelas entidades públicas destes espaços, pela crítica social que envolvem e por considerarem que se trata de “mecanismos de pressão” para posterior obtenção de habitação social

A compra/arrendamento de habitação própria

- A dificuldade para pessoas da Comunidade Roma em encontrar imóveis para arrendar
- A dificuldade na aquisição de casa própria, tanto do ponto de vista financeiro, como do ponto de vista social
- Usualmente, os imóveis que conseguem ser adquiridos são de pouca qualidade, por vezes sem condições básicas de habitabilidade

A edificação de habitação própria

- A compra de terrenos em áreas non aedificandi, predominantemente rústicas e com grande número de condicionantes
- A construção própria (ou por empreiteiro) e sem licença de habitações sem os requisitos legais exigidos
- A ilegalidade (objectiva) dessas edificações e as dificuldades na execução das medidas de reposição da legalidade:
 - A dificuldade na concretização dos embargos e outras medidas de fiscalização e sancionamento
 - A virtual impossibilidade do despejo (domicílios, pessoas vulneráveis, crianças)

Novas áreas de edificação dominantemente ilegais



As soluções

- A requalificação dos bairros sociais e a sua permanente “animação” (um dever de manutenção e conservação do Estado e dos cidadãos)
- A dotação de parques nómadas, eventualmente não ao nível municipal, mas intermunicipal, que permitam criar uma rede nacional de parques desta natureza e, assim, viabilizar administrativa e tecnicamente situações que continuam a ser de “verdadeiro nomadismo” (um dever prestacional do Estado)

As soluções

- A atuação proativa de todas as entidades públicas, se necessário através do recurso a ferramentas como a mediação sócio-cultural, para a promoção da eleição pelas famílias Roma do local da sua habitação (arrendada, comprada, construída legalmente, em parques nómadas)
- Uma severa aplicação do princípio da não discriminação em matéria de acesso à habitação (artigo 13.º CRP e 1067-A CC) acompanhada pelo respeito, por todos, das regras de boa vizinhança (um dever jurídico e cívico de todos)

As soluções

- No que se refere às construções ilegais e a outras necessidades de habitação detetadas ou previsíveis, é necessária uma atuação colaborativa com a Administração central (com competência nas áreas da habitação e da integração multicultural) e não fragmentada município a municípios
- as estratégias locais de habitação devem estar ajustadas a estes novos desafios (pelo que necessitam de capacitação), não os podendo ignorar e tendo de projetar para o futuro e não só para o passado (percebendo as dinâmicas de deslocação e fixação)
- O modelo de oferta habitacional deve ser mais equilibrado e equitativo, de modo a que se possa assegurar uma alternativa de habitação acessível e com condições de habitabilidade para as famílias.

Por isso é necessário

- **Sensibilidade:**

- A revisão da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022 (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018) inclui, como sétimo objetivo estratégico "Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas" e "Melhorar as condições de habitação de pessoas e famílias ciganas e eliminar a segregação espacial".

- **Bom senso:**

- É preciso uma atuação sobretudo preventiva e pronta de todas as autoridades em matéria de habitação;
- É preciso acentuar que, não obstante a importância do direito à habitação, não há um direito absoluto a esta (mesmo que social) nem a uma sua localização “pré-definida” (num local específico ou num certo Município).

Por isso é necessário

- Que se transmutem em **medidas concretas** e não em meras declarações:
 - Grupo de trabalho interadministrativo sobre condições habitacionais que venham a enformar as estratégias locais de habitação;
 - Desenvolvimento de competências de mediação em matéria habitacional;
 - Revisão das condições de acesso e disponibilização de prestações sociais de modo a não cercear as opções da Comunidade Roma
 - Criação de condições para a promoção do ensino à distância de modo a viabilizar estilos de vida nómadas.